

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II***DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO Nº 004/2024 – CPII**

Processo Licitatório nº 310/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.035/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, o Pregoeiro desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento da Impugnação interposta pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.**, doravante denominada Impugnante, em 27 de março de abril de 2024, portanto, tempestiva, contra os termos do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.035/2024**, informando o que se segue:

**I. DO RELATÓRIO**

Em breve síntese, insurge-se a Impugnante contra a habilitação técnica do Edital de Licitação. Alega, (i) a ausência da licença de operação ambiental como requisito de qualificação técnica da cozinha própria; (ii) a ausência da licença de funcionamento sanitário como requisito de habilitação da cozinha própria; (iii) a necessidade dos atestados de capacidade técnica versarem sobre comida transportada. (iv) a necessidade dos atestados de capacidade técnica exigirem experiência mínima de três anos.;

Requer, ao final, o recebimento e a procedência da impugnação para republicação do edital devidamente retificado.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

*Comissão de Pregão II*

## II. DA ANÁLISE

**Quanto a alegação da (i) a ausência da licença de operação ambiental como requisito de qualificação técnica da cozinha própria;**

Conforme se extrai do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, do Governo do Estadual do Rio de Janeiro, mencionado pela própria impugnante em sua peça, como “lei especial”, a luz do art. 64, IV, da NLLC nº 14.133/2021, *in verbis*:

### *CAPÍTULO III - DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL*

#### *Seção I - Da Aplicabilidade do Licenciamento Ambiental*

*Art. 18. Estão sujeitos ao licenciamento ambiental os empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.*

*§ 1º Os empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental são os relacionados de forma exemplificativa no Anexo I, **ressalvadas as hipóteses previstas no art. 19.(grifei)***

*[...]*

*Art. 19. Os empreendimentos e atividades cujo impacto ambiental seja **classificado como desprezível**, com base neste Decreto, **não estão sujeitos ao licenciamento***

**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

**ambiental, ainda que constem da relação do Anexo I.  
(grifei)**

O INEA através da regulamentação nº NOP-INEA-46-R-5 de 29 de junho de 2022 classificou a atividade de **“Produção de refeições para consumo fora dos locais de fabricação”**, como de impacto **“Desprezível”**, conforme item 20.01.32., Anexo XI, GRUPO XX - PRODUTOS ALIMENTARES, da referida Norma Operacional.

Desta forma, s.m.j., os serviços classificados como **“Produção de refeições para consumo fora dos locais de fabricação”**, se enquadram nas exceções da obrigatoriedade de Licenciamento Ambiental, previstas no Art. 19ª do Decreto, nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, do Governo do Estadual do Rio de Janeiro, não assistindo razão a impugnante quanto a este ponto.

**Quanto a alegação que (ii) a ausência da licença de funcionamento sanitário como requisito de habilitação da cozinha própria;**

Quanto ao ponto acima elencado, este pregoeiro em conjunto com o setor requisitante da Secretaria Municipal de Saúde, após análise das alegações apresentadas, decidiu por acolher as razões da impugnante, modificando às exigências de capacidade-técnica operacional do edital do pregão eletrônico 90035/20024, incluindo a necessidade de comprovação de regularidade perante a vigilância sanitária da cozinha externa, que passarão a ser as seguintes:

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90035/2024****19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA****19.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**

[...]

**19.1.3 Cópia da Licença ou Alvará Sanitário da cozinha externa, em plena validade, emitida pelo órgão competente, para a atividade compatível com o objeto.**

**19.1.4 – Caso a licitante tenha sede em outro município deverá apresentar juntamente com a Licença ou Alvará Sanitário da cozinha externa, *declaração* subscrita por representante legal do licitante, de **que, no momento do início de execução do contrato, apresentará Licença ou Alvará Sanitário da cozinha externa no Município de Nova Friburgo, onde serão executados os serviços, sob as penas cabíveis. (modelo do próprio licitante).****

**19.1.5 - Cópia da Licença ou Alvará Sanitário do(s) veículo(s) que será(ão) utilizado(s) para o transporte das refeições, em plena validade, emitida pelo órgão competente.**

**19.1.6 - Caso a licitante não seja possuidora de veículo próprio para transporte das refeições deverá apresentar, *declaração* subscrita por representante legal do licitante, de **que, no momento do início de execução do contrato, apresentará Licença ou Alvará Sanitário do(s) veículo(s) que será(ão) utilizado(s) para o transporte das refeições, sob as penas cabíveis. (modelo do próprio licitante).****

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

**Quanto a alegação que, (iii) a necessidade dos atestados de capacidade técnica versarem sobre comida transportada. (iv) a necessidade dos atestados de capacidade técnica exigirem experiência mínima de três anos.;**

Quanto aos pontos acima elencados, este pregoeiro em conjunto com o setor requisitante da Secretaria Municipal de Saúde, após análise das alegações apresentadas, decidiu por acolher as razões da impugnante, modificando às exigências dos atestados de capacidade técnica do edital do pregão eletrônico 90035/20024, que passarão a ser as seguintes:

19.1.8 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. (art. 67, inc. II da Lei 14.133/21)

19.1.9 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.1.10 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida de fornecimento de **Alimentação Hospitalar Transportada.**

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

19.1.11 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância do objeto da licitação. (art. 67, §1º e §2ª da Lei 14.133/21)

Parcela de maior relevância:

- **Serviço de Alimentação Hospitalar Transportada (refeições em geral) de pelo menos 1000 refeições/dia.**

19.1.12 - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados **executados de forma concomitante.**

19.1.13 - As certidão ou atestado deverão demonstrar que o licitante executou serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um **prazo mínimo, de 02 (dois) anos (Art 67, §2º da Lei 14.133/21).**

19.1.14 - Somente serão aceitos atestados acompanhados da respectiva Certidão de Registro de Atestado de Capacidade Técnica expedida pelo CRN **(Resolução CFN Nº 703, de 15 de setembro de 2021)**

19.1.15 - **Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato** ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

19.1.16 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.1.17 - O fornecedor **disponibilizará todas as informações** necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, com fulcro no artigo 16º, parágrafo §1º, da IN SEGES/ME nº 073 de 30 de setembro de 2022, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa **BREF GESTÃO EMPRESARIAL LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 90035/2024**, e no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL**, pela alteração do edital em comento, com a posterior publicação do edital retificado na forma da Lei .

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 08 de abril de 2024.

**JONATHAN PINHEIRO CHAVES**  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870